



CONCURSO PÚBLICO

4. PROVA OBJETIVA

ASSISTENTE EM C&T – ASSISTENTE 1
(Recursos Humanos)

INSTRUÇÕES

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 60 QUESTÕES OBJETIVAS.
- ♦ PREENCHA COM SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO OS ESPAÇOS RESERVADOS NA CAPA DESTES CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ TRANSCREVA PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, A ALTERNATIVA QUE JULGAR CERTA.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE 3 HORAS E 30 MINUTOS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA.
- ♦ NO DECURSO DOS ÚLTIMOS 30 MINUTOS QUE ANTECEDEREM O TÉRMINO DA PROVA, O CANDIDATO PODERÁ SOLICITAR AO FISCAL A FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS PARA COPIAR OS ASSINALAMENTOS FEITOS NA FOLHA DE RESPOSTAS. A ESTES CANDIDATOS SERÁ PERMITIDO LEVAR A FOLHA INTERMEDIÁRIA PARA FUTURA CONFERÊNCIA COM O GABARITO A SER DIVULGADO.
- ♦ AO SAIR, O CANDIDATO DEVERÁ ENTREGAR AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

Número de inscrição _____

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números 01 a 12.

Razão, crença e dúvida

Tomei contato com a história a seguir em junho passado. Em 2002, na Austrália, um casal perdeu a filha, Glória, de nove meses. A menina, a partir do quarto mês, apresentou sintomas de eczema infantil, uma condição alérgica que afeta mais de 10% dos bebês e, geralmente, acalma-se ou some com o passar dos anos. As causas da doença não são bem conhecidas pelos médicos. O problema é que o eczema (pele seca com prurido) provoca muita coceira, algo a que as crianças não resistem. A pele, ferida, abre-se para qualquer infecção. Foi o que aconteceu com Glória, que morreu de septicemia.

Não foi falta de sorte: o pai de Glória é homeopata e, em total acordo com a mulher, medicou a filha só com remédios homeopáticos (insuficientes na condição da menina). Isso até o fim, quando ela definhava pelas infecções internas e externas. Glória foi levada a um hospital três dias antes de morrer: as bactérias já estavam destruindo suas córneas, e os médicos só puderam lhe administrar morfina para aliviar seu sofrimento.

Os pais de Glória foram presos, acusados de homicídio por negligência e, no fim de setembro, condenados pela Justiça australiana: o pai, a oito anos de prisão, a mãe, a cinco anos e quatro meses. Segundo o juiz, Peter Johnson, ambos os pais “faltaram gravemente com suas obrigações diante da filha”: o marido, pela “arrogância” de sua preferência pela homeopatia e a mulher, pela excessiva “deferência” às decisões do marido.

Os termos da decisão de Johnson são admiráveis. A obediência – ao marido, no caso –, seja qual for seu fundamento cultural, nunca é desculpa. E, sobretudo, o marido foi condenado não por recorrer à homeopatia, mas pela “arrogância” que lhe permitiu perseverar em sua crença e em sua decisão diante do calvário pelo qual passava a menina. A sentença de Peter Johnson é, para mim, um modelo de racionalidade, porque estigmatiza a certeza independentemente do objeto de crença. Ou seja, o juiz não discutiu a autoridade do marido e, ainda menos, os méritos da homeopatia ou da medicina alopática. Tampouco desejou limitar a liberdade de opinião; a sentença penalizou apenas, por assim dizer, a rigidez.

Se me coloco no lugar dos pais de Glória, não consigo imaginar uma crença, por mais que ela possa ser crucial para mim, que resista à visão do corpinho de minha filha transformado numa ferida aberta e purulenta. Antes disso, eu (embora confiando, a princípio, na medicina alopática) já teria convocado não só os homeopatas, mas também todos os xamãs, feiticeiros e curandeiros, sem nenhuma vergonha e sem o sentimento de trair minhas “convicções”, pois a primeira delas, a que resume minha racionalidade, diz, humildemente, que há muito no mundo que minha razão não alcança. Além disso, com o juiz Johnson, pergunto-me onde se manifesta a razão: na arrogância das certezas ou na capacidade de duvidar?

(Contardo Calligaris, *Folha de S.Paulo*, 08.10.2009. Adaptado)

01. De acordo com o texto, a causa da morte da menina Glória foi

- (A) a coceira intensa provocada pelo eczema.
- (B) uma infecção generalizada.
- (C) o uso de medicamentos homeopáticos.
- (D) uma forte reação alérgica aos medicamentos.
- (E) a falta de empenho dos médicos, após a internação da menina.

02. Após a morte da filha, os pais de Glória foram acusados de homicídio por

- (A) terem falhado em suas obrigações paternas.
- (B) arrogância diante das recomendações hospitalares.
- (C) ignorarem as decisões da justiça australiana.
- (D) fazerem uso da homeopatia.
- (E) não seguirem as prescrições dos médicos.

03. O autor elogia a decisão do juiz porque a sentença

- (A) reconheceu que o pai foi excessivamente autoritário.
- (B) condenou a mãe por ter obedecido à autoridade do marido.
- (C) penalizou a arrogância demonstrada pelo pai, mesmo após a morte da filha.
- (D) estigmatizou os pais que optaram por um tratamento ineficaz.
- (E) baseou-se na condenação de qualquer convicção rígida.

04. No último parágrafo, o autor afirma

- (A) não ter nenhuma convicção.
- (B) duvidar do valor da racionalidade.
- (C) reconhecer que a razão possui limites.
- (D) preferir soluções religiosas às científicas.
- (E) acreditar que a razão é baseada em certezas.

05. Em – ... *sem nenhuma vergonha e sem o sentimento de trair minhas “convicções”*... – as aspas foram utilizadas para

- (A) indicar uma citação.
- (B) marcar o emprego de um neologismo.
- (C) indicar uma gíria.
- (D) relativizar o significado de uma palavra.
- (E) retomar palavra utilizada em outro texto.

06. Em – *Foi o que aconteceu com Glória...* – substituindo-se *com Glória* por um pronome, a frase deve assumir a seguinte forma, de acordo com a norma culta:

- (A) Foi o que lhe aconteceu...
- (B) Foi o que aconteceu-lhe...
- (C) Foi o que a aconteceu...
- (D) Foi o que aconteceu-na...
- (E) Foi o que aconteceu-la...

07. Em – *E, sobretudo, o marido foi condenado não por recorrer à homeopatia...* – o termo *sobretudo* pode ser substituído, sem comprometimento de sentido, por
- (A) surpreendentemente.
 - (B) por último.
 - (C) principalmente.
 - (D) eventualmente.
 - (E) de modo algum.
08. Assinale a alternativa que apresenta oração na voz passiva.
- (A) Tomei contato com a história a seguir em junho passado.
 - (B) As causas da doença não são bem conhecidas pelos médicos.
 - (C) Os termos da decisão de Johnson são admiráveis.
 - (D) ... a sentença penalizou apenas, por assim dizer, a rigidez.
 - (E) ... eu já teria convocado não só os homeopatas, mas também todos os xamãs, feiticeiros...
09. Assinale a alternativa que apresenta expressão de sentido figurado.
- (A) A menina, a partir do quarto mês, apresentou sintomas de eczema infantil...
 - (B) O pai de Glória é homeopata e, em total acordo com a mulher, medicou a filha...
 - (C) Glória foi levada a um hospital três dias antes de morrer.
 - (D) ... o juiz não discutiu a autoridade do marido e, ainda menos, os méritos da homeopatia...
 - (E) ... há muito no mundo que minha razão não alcança.

Considere o trecho para responder às questões de números 10 a 12.

A sentença de Peter Johnson é, para mim, um modelo de racionalidade porque estigmatiza a certeza independentemente do objeto de crença.

10. Assinale a alternativa em que o termo *para* expressa a mesma circunstância que no trecho.
- (A) Dedicou-se muito para passar no exame.
 - (B) Embora fosse sempre para a praia, aquela vez era especial.
 - (C) Trouxe para ela um lindo buquê de flores.
 - (D) Para quem estuda, as provas parecem ser mais fáceis.
 - (E) Para agradá-la, não precisa muito, basta ser gentil.
11. O termo *porque* estabelece no trecho relação de
- (A) consequência.
 - (B) causa.
 - (C) finalidade.
 - (D) conclusão.
 - (E) adição.

12. O termo *estigmatiza* pode ser substituído, sem alteração de sentido, por
- (A) insulta.
 - (B) ignora.
 - (C) sobrepuja.
 - (D) desvaloriza.
 - (E) condena.

13. Considere a frase:

_____ um ano, _____ estava de férias na Austrália, tomei contato com essa história, _____ só agora decidi publicá-la.

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas da frase, de acordo com a norma culta.

- (A) Há ... quando ... mas
- (B) Há ... onde ... mais
- (C) A ... quando ... mais
- (D) A ... onde ... mais
- (E) À ... quando ... mas

Considere o texto, extraído do início do capítulo III do livro *Cândido*, de Voltaire, para responder às questões de números 14 a 16.

Nada tão belo, tão brilhante, tão bem ordenado como aqueles dois exércitos. As trombetas, os pífanos, os oboés, os tambores, os canhões formavam harmonias como jamais houve no inferno.

Primeiro os canhões derrubaram cerca de seis mil homens de cada lado; em seguida, a mosquetaria* varreu do melhor dos mundos uns nove a dez mil marotos que lhe infectavam a superfície. A baioneta** foi também a razão suficiente da morte de alguns milhares de homens. O que tudo montava a umas trinta mil almas. Cândido, que tremia como um filósofo, escondeu-se da melhor forma possível durante aquela heróica mortandade.

* *Mosquetaria*: tropa de soldados armados de mosquetes, armas semelhantes a espingardas.

** *Baioneta*: lâmina pontiaguda adaptada ao extremo do cano de fuzil ou espingarda, usada por soldados de infantaria em combates corpo a corpo.

14. Considere as afirmações:

- I. No primeiro parágrafo, há uma quebra na expectativa do leitor quando o narrador revela que a beleza, o brilho e a ordem são atributos de exércitos.
- II. O pronome *lhe* em – ... a mosquetaria varreu do melhor dos mundos uns nove a dez mil marotos que lhe infectavam a superfície. – refere-se a mosquetaria.
- III. No trecho – ... escondeu-se da melhor forma possível... – o termo *melhor* foi empregado como substantivo e é qualificado pelos adjetivos *forma* e *possível*.

Está correto, apenas, o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

15. Ao opor ironicamente a violência (baioneta) e o diálogo (razão) em – *A baioneta foi também a razão suficiente da morte de alguns milhares de homens.* – o narrador revela um ponto de vista

- (A) imparcial.
- (B) autoritário.
- (C) crítico.
- (D) otimista.
- (E) reacionário.

16. Em – ...*formavam harmonias como jamais houve no inferno.* – substituindo-se o verbo *haver* por *existir* e mantendo-se o mesmo tempo verbal, o trecho deve assumir a seguinte forma, de acordo com a norma culta:

- (A) ... formavam harmonias como jamais existiam no inferno.
- (B) ... formavam harmonias como jamais existiram no inferno.
- (C) ... formavam harmonias como jamais existia no inferno.
- (D) ... formavam harmonias como jamais existira no inferno.
- (E) ... formavam harmonias como jamais existiu no inferno.

17. Assinale a alternativa em que a concordância verbal está correta, de acordo com a norma culta.

- (A) As escolhas de cada membro do júri será tomada com o devido cuidado.
- (B) Acreditamos que podem haver soluções melhores para esse impasse.
- (C) Cada uma daquelas decisões corroborava o veredicto final.
- (D) Busca-se ações capazes de evitar que volte a ocorrer equívocos como aquele.
- (E) Não se via um julgamento como aquele faziam anos.

18. Assinale a alternativa em que a crase foi corretamente empregada, de acordo com a norma culta.

- (A) Como, perguntou o promotor, a senhora pôde assistir à tudo sem fazer nada?
- (B) O pai afirmou que amava à filha e disse que, tudo o que fez, foi pensando em oferecer a ela o melhor.
- (C) O júri condenou à mãe por negligência frente aos eventos que resultaram na morte da filha.
- (D) O advogado perguntou àquele homem o que ele pensava enquanto a saúde de sua filha piorava.
- (E) A doença piorou tanto que os médicos não puderam salvar à vida da menina.

19. Assinale a alternativa em que a regência verbal está correta, segundo a norma culta.

- (A) Ele afirmava, aflito, que sempre desejou ao bem de sua filha.
- (B) Não convenceu a ninguém com o que dizia.
- (C) Esse foi o caso que me referi durante nossa conversa.
- (D) São fatos de que todos já se esqueceram há tempos.
- (E) A decisão coube de um importante juiz.

Considere a charge para responder à questão de número 20.

Pensando em um mundo melhor



(www.charge-o-matic.blogspot.com.br/chargeBENETT15.jpg. Adaptado)

20. Considere as afirmações:

- I. O título da charge indica que, para o autor, a guerra é inevitável.
- II. O termo *combater* possui duplo sentido, podendo ser entendido como superar ou aniquilar.
- III. Há forte contraste entre o termo *pensando*, que sugere reflexão, e a ação do soldado no segundo quadrinho, que implica em violência e imposição.

Está correto, apenas, o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

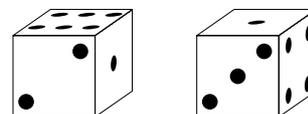
RACIOCÍNIO LÓGICO

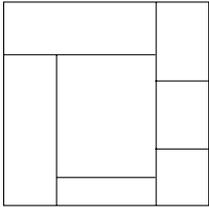
21. Uma garrafa com vinho pesa 500 g. Se dois terços do vinho forem consumidos, o peso da garrafa com o vinho restante cai para 300 g. O peso da garrafa vazia é

- (A) 180 g.
- (B) 190 g.
- (C) 200 g.
- (D) 210 g.
- (E) 220 g.

22. As faces de um dado são numeradas arbitrariamente de 1 a 6. As figuras apresentam o dado em duas posições diferentes. A face oposta à face 1 é

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.



23. Quatro gavetas contêm camisas. Cada gaveta contém no mínimo três camisas, e no máximo cinco camisas. É possível concluir que
- (A) há somente uma gaveta com três camisas.
 (B) há no mínimo duas gavetas com o mesmo número de camisas.
 (C) há gavetas com menos que cinco camisas.
 (D) os números de camisas em cada gaveta são diferentes entre si.
 (E) há no mínimo três gavetas com o mesmo número de camisas.
24. Os horários de ônibus que partem de uma cidade A com destino a uma cidade B, após as 18:00 h, são os seguintes: 18:30 h, 19:20 h, 20:30 h, 22:00 h e, ainda, há um último horário antes de 24:00 h. Considerando que os horários formam uma sequência lógica, então, o último horário é
- (A) 23:00 h.
 (B) 23:10 h.
 (C) 23:30 h.
 (D) 23:35 h.
 (E) 23:50 h.
25. Numa pesquisa de opinião pública sobre o consumo de sucos de laranja e de uva, foram obtidos os seguintes dados:
 CONSUMIDORES DE SUCO DE LARANJA: 500;
 CONSUMIDORES DE SUCO DE UVA: 300;
 CONSUMIDORES DE SUCOS DE LARANJA E DE UVA: 100;
 PESSOAS QUE NUNCA CONSUMIRAM SUCO: 50.
 O total de pessoas entrevistadas é
- (A) 750.
 (B) 800.
 (C) 850.
 (D) 900.
 (E) 950.
26. A planta de uma casa de sete cômodos é mostrada na figura. O número mínimo de cores diferentes que são necessárias para pintar o interior da casa, de forma que cômodos vizinhos não tenham a mesma cor, é
- (A) 3.
 (B) 4.
 (C) 5.
 (D) 6.
 (E) 7.
- 
27. Em um bar, há três garrafas amarelas e duas garrafas vermelhas. Dessas garrafas, três serão colocadas em uma prateleira horizontal, uma ao lado da outra. De quantas formas é possível dispor as garrafas, considerando as sequências distintas de cores?
- (A) 5.
 (B) 6.
 (C) 7.
 (D) 8.
 (E) 9.
28. Em uma fila, a antepenúltima pessoa era a oitava. Se três pessoas foram atendidas e somente essas pessoas saíram da fila, e sete pessoas entraram na fila, então a antepenúltima pessoa da fila é a
- (A) 8.^a.
 (B) 9.^a.
 (C) 10.^a.
 (D) 11.^a.
 (E) 12.^a.
29. Em um determinado dia da semana, Daniel foi ao cinema, ao restaurante e à confeitaria. O cinema abre somente às terças-feiras, sextas-feiras e sábados; o restaurante fecha aos sábados, e a confeitaria não abre às quintas-feiras e sextas-feiras. Então, o dia da semana em que Daniel foi aos três lugares, era
- (A) segunda-feira.
 (B) terça-feira.
 (C) quarta-feira.
 (D) sexta-feira.
 (E) sábado.
30. Uma balança de dois pratos está em equilíbrio, havendo em cada prato o mesmo número de sacos de açúcar, todos com o mesmo peso. Transferindo-se sete sacos de açúcar de um prato para outro, é necessário acrescentar um peso de 28 kg no prato com menos sacos de açúcar, para manter o equilíbrio. O peso de um saco de açúcar é
- (A) 1,5 kg.
 (B) 2,0 kg.
 (C) 2,5 kg.
 (D) 3,0 kg.
 (E) 3,5 kg.

LEGISLAÇÃO

- 31.** Sobre o provimento dos cargos públicos, é correto afirmar que
- (A) a idade mínima exigida para a investidura no cargo público é de 16 anos.
 - (B) a investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação.
 - (C) é uma forma de provimento em cargo público a reversão.
 - (D) não poderão ser exigidos outros requisitos para a investidura além daqueles previstos na Lei n.º 8.112/90.
 - (E) os cargos de professores universitários não poderão ser providos por estrangeiros.
- 32.** Às pessoas portadoras de deficiência, a lei reserva um percentual de vagas nos concursos públicos de
- (A) 5%.
 - (B) 8%.
 - (C) 10%.
 - (D) 15%.
 - (E) 20%.
- 33.** Assinale a alternativa correta.
- (A) A posse no cargo público pode ocorrer por procuração específica.
 - (B) É ilegal exigir do servidor, no momento da posse, declaração de bens e valores que revelem o seu patrimônio pessoal.
 - (C) Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo de 15 dias contados da publicação do ato de provimento.
 - (D) Os servidores cumprirão, em regra, jornada de trabalho de duração máxima do trabalho semanal de quarenta e quatro horas.
 - (E) O servidor não aprovado no estágio probatório será demitido a bem do serviço público.
- 34.** “A reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens”, denomina-se
- (A) transferência.
 - (B) readaptação.
 - (C) reversão.
 - (D) reintegração.
 - (E) recondução.
- 35.** É um dever do servidor
- (A) não guardar sigilo sobre assunto da repartição.
 - (B) representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.
 - (C) ser solidário com os colegas de trabalho, quando estes necessitarem de auxílio no cumprimento das suas funções.
 - (D) atender a todos com alegria e simpatia.
 - (E) recusar pedidos de certidões de particular que objetivem unicamente esclarecimento de situações pessoais.
- 36.** Ao servidor é legalmente permitido
- (A) recusar fé a documentos públicos.
 - (B) promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição.
 - (C) manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.
 - (D) atuar como intermediário junto a repartições públicas para tratar de benefícios previdenciários de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro.
 - (E) aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro.
- 37.** Assinale a alternativa correta.
- (A) É vedada toda e qualquer acumulação remunerada de cargos públicos.
 - (B) A proibição de acumular cargos não se aplica na hipótese do exercício simultâneo de um cargo na Administração Direta e de um emprego público em empresa pública.
 - (C) A acumulação de cargos, quando lícita, não fica condicionada à comprovação de compatibilidade de horários.
 - (D) O servidor em cargo em comissão poderá acumular, interinamente, outro cargo de confiança, mas deverá optar pela remuneração de um deles durante a interinidade.
 - (E) A lei permite, como regra, a acumulação de dois cargos privativos da área jurídica.
- 38.** Assinale a alternativa correta sobre a responsabilidade dos servidores públicos.
- (A) A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores do servidor público, até o limite do valor da herança.
 - (B) Não haverá responsabilidade civil do servidor quando do seu ato decorreu prejuízo a terceiros, mas não afetou o Erário.
 - (C) Não cabe ação regressiva contra servidor público.
 - (D) As sanções civis, penais e administrativas não poderão ser cumulativas.
 - (E) A responsabilidade administrativa do servidor não será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

39. Assinale a alternativa que indica circunstâncias ou situações que devem ser consideradas na aplicação das penalidades ao servidor.
- (A) Antecedentes funcionais.
 - (B) Antecedentes criminais.
 - (C) Os danos que a conduta ou ato causou para o particular.
 - (D) A conduta profissional do servidor.
 - (E) A conduta moral do servidor.
40. A incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição, são condutas que podem acarretar ao servidor a seguinte penalidade:
- (A) advertência.
 - (B) suspensão.
 - (C) demissão.
 - (D) exoneração.
 - (E) reversão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. Nos termos do que estabelece a Constituição Federal, as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em Lei, destinam-se apenas às atribuições de:
- (A) professor, profissional da área da saúde e assessoramento técnico.
 - (B) professor, médico e cargo científico.
 - (C) chefia, professor e assessor.
 - (D) direção, profissional da área jurídica e professor universitário.
 - (E) direção, chefia e assessoramento.
42. O servidor público, abrangido pelo regime de previdência previsto no art. 40 da Constituição Federal, poderá aposentar-se na seguinte situação:
- (A) por invalidez temporária, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
 - (B) compulsoriamente, aos sessenta e cinco anos de idade, com proventos integrais.
 - (C) com requisitos de idade e de tempo de contribuição reduzidos em 5 anos em relação aos requisitos legais normais; se for professor, com tempo exclusivo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
 - (D) voluntariamente, aos sessenta anos de idade e trinta anos de contribuição, se homem e, no mínimo, com dez anos de serviço público.
 - (E) voluntariamente, aos cinquenta e cinco anos de idade e vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, desde que conte com, no mínimo, vinte anos de serviço público e dez anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

43. O art. 37 da Constituição Federal dispõe que a administração pública direta e indireta obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Entende-se por princípio da legalidade o conceito de que
- (A) os atos realizados pela Administração Pública devem ser sempre imputados ao ente ou órgão em nome do qual se realiza, sem consideração das características pessoais daqueles a quem se dirige.
 - (B) os atos realizados pela Administração Pública devem estar nos termos estabelecidos pela lei.
 - (C) o administrador público tem liberdade para agir, se não houver impedimento legal, pelo mesmo princípio que rege o particular.
 - (D) haverá obrigatoriedade na divulgação dos atos da Administração Pública, com o objetivo de permitir seu conhecimento e controle pelos órgãos estatais competentes e por toda a sociedade.
 - (E) todo agente público deve realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional.
44. O princípio constitucional da Administração Pública que define procedimento administrativo destinado a provocar propostas e a escolher proponentes de contratos de execução de obras, serviços, compras ou de alienações do Poder Público, é chamado de princípio da
- (A) licitação.
 - (B) publicidade.
 - (C) prescritibilidade dos ilícitos administrativos.
 - (D) da responsabilidade da administração.
 - (E) da participação.
45. A Lei da Improbidade Administrativa define três tipos de atos de improbidade: enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário e àqueles que atentam contra os princípios da administração pública. Entende-se por atos que causam prejuízos ao erário
- (A) qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade contra a Administração Pública.
 - (B) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
 - (C) auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades de Administração Pública.
 - (D) qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades de Administração Pública.
 - (E) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.

46. A Lei da Improbidade Administrativa estabelece sanções para a prática de improbidade administrativa. A proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 anos, caracteriza sanção relativa a atos de improbidade administrativa que
- (A) importam enriquecimento ilícito.
 - (B) causam prejuízo ao erário.
 - (C) atentam contra os princípios da administração pública.
 - (D) causam ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseja perda patrimonial.
 - (E) violam os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade.
47. A Lei n.º 8.112, datada de dezembro de 1990, dispõe sobre
- (A) as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá providências.
 - (B) o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
 - (C) o plano de carreiras para a área de Ciência e Tecnologia da Administração Federal Direta, das Autarquias e das Fundações Federais e dá outras providências.
 - (D) o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.
 - (E) as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho.
48. A conduta de um agente público que contraria as normas morais, a lei e os costumes, indicando falta de honradez e atuação ilibada no que tange a procedimentos esperados da administração pública caracteriza
- (A) discricionariedade administrativa.
 - (B) ato administrativo.
 - (C) ato de improbidade administrativa.
 - (D) função administrativa.
 - (E) desvirtuamento constitucional.
49. O ato de proceder no exercício de uma atividade, sob aspectos racionais e proporcionais, dentro do âmbito estabelecido pelo ordenamento jurídico, optando pelo melhor procedimento que irá satisfazer o bem comum, diante de conceitos ambíguos caracteriza
- (A) discricionariedade administrativa.
 - (B) princípio da publicidade.
 - (C) ato vinculado.
 - (D) improbidade administrativa.
 - (E) função vinculada.
50. Entende-se por ato administrativo
- (A) todo e qualquer ato da administração.
 - (B) o serviço autônomo, criado por lei específica, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receitas próprios, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.
 - (C) o ato jurídico de direito público que concretiza o exercício da função administrativa do Estado.
 - (D) a função de regular a prestação de serviços públicos e organizar e fiscalizar esses serviços a serem prestados por concessionárias ou permissionárias, com o objetivo de garantir o direito do usuário ao serviço público de qualidade.
 - (E) a celebração de contrato de gestão com o objetivo de reduzir custos, otimizar e aperfeiçoar a prestação de serviços públicos.
51. Quanto aos efeitos, os atos administrativos podem ser classificados em constitutivos, declaratórios, modificativos e extintivos. Entende-se por ato declaratório aquele que
- (A) põe termo a um direito ou deveres existentes.
 - (B) gera uma nova situação jurídica aos destinatários.
 - (C) altera a situação já existente, seja de fato ou de direito.
 - (D) afirma uma situação já existente, sem que seja extinta, não retirando direitos ou obrigações.
 - (E) se destina a dar andamento aos processos e papéis que tramitam no interior das repartições.
52. Entende-se por ato administrativo nulo
- (A) o ato discricionário do administrador.
 - (B) o que contém defeitos, porém, que podem ser sanados.
 - (C) aquele pelo qual o poder público age de forma imperativa sobre os administrados, impondo-lhes obrigações.
 - (D) aquele que pode ser revogado pela Administração Pública.
 - (E) aquele que nasce com vício insanável, um defeito que não pode ser corrigido.

53. São considerados atos administrativos ordinatórios

- (A) os que visam disciplinar o funcionamento da administração e a conduta funcional de seus agentes.
- (B) os que contêm um comando geral do Executivo, visando ao cumprimento de uma lei.
- (C) aqueles que contêm uma declaração de vontade da administração apta a concretizar determinado negócio jurídico ou a deferir certa faculdade ao particular, nas condições impostas ou consentidas pelo Poder Público.
- (D) aqueles em que a administração se limita a certificar ou a atestar um fato, ou emitir uma opinião sobre determinado assunto, constantes de registros, processos e arquivos públicos, sendo sempre vinculados quanto ao motivo e ao conteúdo.
- (E) os que contêm uma sanção imposta pela lei e aplicada pela administração, visando punir infrações administrativas ou conduta irregulares de servidores ou de particulares perante a administração.

54. De acordo com as disposições preliminares da Lei n.º 8.112/90, define-se como servidor

- (A) o particular que presta algum serviço para o Estado.
- (B) a pessoa legalmente investida em cargo público.
- (C) o particular que atua em colaboração com a Administração Pública.
- (D) o empregado de sociedade de economia mista, ocupante de emprego público.
- (E) aquele que exerce apenas de fato algum serviço público.

55. Nos termos da Lei n.º 8.112/90, o auxílio-moradia

- (A) constitui-se em gratificação devida ao servidor que tenha sido obrigado a alterar o seu local de residência em virtude de transferência de local de trabalho, não podendo essa gratificação exceder a mais de 50% dos seus vencimentos mensais.
- (B) não será concedido por prazo superior a 8 (oito) anos dentro de cada período de 12 (doze) anos.
- (C) não poderá superar 40% da remuneração de Ministro de Estado.
- (D) será pago ao servidor, mesmo que outra pessoa que com ele resida também receba auxílio-moradia.
- (E) terá imediatamente cancelado o seu pagamento se colocado imóvel funcional à disposição do servidor.

56. Conforme a Lei n.º 8.112/90, é correto afirmar sobre os adicionais de insalubridade, periculosidade ou atividades penosas que

- (A) o servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles.
- (B) os servidores que exercem suas atividades em local insalubre ou perigoso devem ser submetidos a exames médicos a cada dois meses.
- (C) o direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade não cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.
- (D) o valor do adicional de periculosidade será maior do que o do adicional de insalubridade.
- (E) o adicional de periculosidade será sempre devido ao servidor em exercício em zonas de fronteira.

57. Entende-se por readaptação do servidor

- (A) o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- (B) a investidura em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- (C) o retorno do servidor que se encontra em disponibilidade do cargo público.
- (D) o retorno do servidor estável no cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.
- (E) o retorno do servidor estável no cargo anteriormente ocupado e decorrerá de reintegração do anterior ocupante.

58. A competência para assessorar o ministro da Ciência e Tecnologia na elaboração da Política de Recursos Humanos para a área de Ciência e Tecnologia cabe

- (A) ao Conselho Nacional da Política de Recursos Humanos.
- (B) ao Secretário Nacional de Recursos Humanos.
- (C) ao Secretário da Ciência e Tecnologia.
- (D) ao Conselho de Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia.
- (E) ao Secretário Adjunto do Ministério da Ciência e Tecnologia.

59. Nos moldes da Lei n.º 8.691/93, a progressão do servidor na respectiva carreira ocorrerá

- (A) exclusivamente por tempo de empresa.
- (B) exclusivamente em consequência de seu desempenho, aferido de acordo com os critérios estabelecidos para progressão.
- (C) considerando um interstício mínimo de seis meses.
- (D) exclusivamente por tempo de empresa, independentemente de aprovação por comissões específicas.
- (E) considerando um interstício mínimo de dezoito meses.

60. Conforme estabelecido no artigo 41 da Constituição Federal, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público são estáveis após

- (A) 1 ano de efetivo exercício.
- (B) 2 anos de efetivo exercício.
- (C) 3 anos de efetivo exercício.
- (D) 4 anos de efetivo exercício.
- (E) 5 anos de efetivo exercício.